



Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

ESPROSER – Escola Profissional, S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Período findo em 31 de dezembro de 2015

1. INTRODUÇÃO

A ESPROSER – Escola Profissional, S.A., (*doravante designada por “Sociedade”*), constituída em 15 de Junho de 1999, com sede social em Sernancelhe, com o capital social de 50.000 Euros, representado por 10.000 acções e tem como atividade principal o Ensino Profissional.

O presente relatório de gestão expressa, de forma apropriada, a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de dezembro de 2015.

É elaborado nos termos do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Sociedade, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a Sociedade se defronta.

2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO EXTERNO, INTERNO E DO SECTOR DA EMPRESA

Nos últimos anos, a economia portuguesa esteve sujeita a um forte ajustamento, que lhe permitiu alcançar progressos assinaláveis na correção dos desequilíbrios macroeconómicos verificados nas últimas décadas. Contudo, o processo de reequilíbrio estrutural da economia portuguesa ainda se encontra incompleto pelo que o ajustamento macroeconómico ainda exige algum aprofundamento.

Por outro lado, os riscos, de natureza interna e externa, que impendem sobre a economia portuguesa não podem ser ignorados. Assim, torna-se essencial o cumprimento dos compromissos estabelecidos com os parceiros Europeus relativamente ao processo de consolidação orçamental, como forma de sustentar uma trajetória descendente da dívida pública portuguesa.

Também deve ser implementado um processo de reformas estruturais para criação de incentivos à inovação, à mobilidade de fatores e ao investimento em capital físico e humano.

É também fundamental a criação de um consenso alargado em torno deste processo de reformas. Só dessa forma poderá ser aumentada a sua credibilidade, a sua previsibilidade e a capacidade de implementação de políticas que a sustentem.

Internacionalmente prevê-se uma recuperação lenta da atividade económica, quer da área Euro, quer das economias emergentes, bem como uma evolução mais moderada dos fluxos de comércio internacional. Esta lenta recuperação, a concretizar-se, resultaria num menor crescimento da procura externa dirigida à economia portuguesa ao longo do ano de 2016.

Esta lenta evolução da atividade económica global, não pode ser dissociada do risco da evolução descendente do preço do petróleo para os países exportadores em benefício dos países importadores. O arrefecimento da economia da China, que reorientou a sua economia para o mercado interno, pode

provocar ainda uma maior recessão nas economias exportadoras (principalmente petróleo e matérias-primas), como reflexo da sua menor procura. Também a Rússia e o Brasil estão a condicionar negativamente a economia global. A Rússia, que devido ao preço do petróleo enfrenta grandes problemas económicos, e o Brasil, com a sua inflação galopante, os seus problemas estruturais e políticos, juntamente com a descida do preço do petróleo, são duas economias emergentes que estão a condicionar o desenvolvimento económico global.

1.1. A NÍVEL INTERNACIONAL E EUROPEU

Para o ano de 2016 prevê-se que o crescimento mundial permaneça gradual e desigual. Os preços baixos do petróleo, a continuação das condições de financiamento acomodáticas a nível mundial, a melhoria das condições do mercado de trabalho, o aumento da confiança deverão apoiar a retoma do crescimento das economias avançadas. Em contraste, as perspetivas deterioraram-se consideravelmente nas economias dos mercados emergentes, em virtude da materialização de alguns riscos. Entre estes riscos que funcionam como travão do crescimento destes mercados, temos os baixos preços das matérias-primas (exemplo do petróleo), as incertezas políticas e as condições de financiamento externo mais restritivas.

Quedas substanciais das importações em algumas das principais economias emergentes pelas razões já apontadas, atenuam as importações mundiais, reduzindo as exportações dos seus países fornecedores. Desta forma, estima-se que o comércio mundial não apresente uma forte recuperação.

Espera-se que o crescimento do PIB mundial (excluindo a área Euro) registe uma aceleração que pode chegar a cerca de 4 por cento em 2017 e que o comércio mundial tenha uma aceleração que chegue também aos 4 por cento em 2017.

Algumas das principais fontes de incerteza que condicionam o desenvolvimento da economia mundial estão ligadas à China, aos Estados Unidos da América, à Rússia e ao Brasil. A China tem conhecido nos últimos anos um ligeiro abrandamento da sua economia como consequência, de ter reorientado a sua economia para um modelo mais baseado no comércio interno. Se a esse abrandamento, lhe juntar uma correção adicional dos desequilíbrios relacionados com a acumulação de dívida no país, poderia levar a um abrandamento económico ainda mais pronunciado. Logo, a capacidade e a disponibilidade dos bancos chineses para proporcionar crédito à economia poderia ficar gravemente comprometida, dada a rápida deterioração da qualidade dos seus ativos (confirmados com as sucessivas quedas verificadas na bolsa chinesa). Por via disso, os preços das ações na China poderão registar novas descidas, com a reavaliação dos prémios de risco das ações por parte dos investidores nacionais. O abrandamento do crescimento levaria a um significativo aumento do desemprego. Contudo, parte-se do pressuposto de que as autoridades chinesas interviriam fortemente, tal como já fizeram nos

recentes *crash* na bolsa chinesa, com medidas de estímulo monetário e orçamental e possivelmente uma nova depreciação do “*renminbi*” para assim evitar descidas mais significativas no crescimento da sua economia. Um abrandamento mais acentuado na China poderia implicar riscos significativos para as perspetivas especialmente dos exportadores de matérias-primas.

Relativamente aos Estados Unidos da América a expectativa situa-se no movimento das taxas de juro de curto prazo. As expectativas apontam para uma subida das taxas de juro de curto prazo, as quais deverão atingir 1,6 por cento no final de 2017. Estes aumentos poderão ter efeitos similares nas taxas de juro de longo prazo o que poderá provocar um contágio em outras importantes economias avançadas. É provável que as economias dos mercados emergentes sejam afetadas por estes choques. A Rússia está a atravessar uma profunda recessão e espera-se que as menores receitas provenientes do petróleo conduzam a quedas acentuadas na despesa pública. No Brasil, as perspetivas sofreram uma deterioração considerável no contexto da subida da inflação. Na Rússia e no Brasil, podemos também associar fatores políticos e estruturais que condicionam o desenvolvimento económico.

1.2. A NÍVEL NACIONAL

As projeções existentes para a economia portuguesa em 2016 e 2017, refletem a continuação do processo de ajustamento gradual dos desequilíbrios macroeconómicos, num quadro de crescimento moderado da atividade e do nível de preços, e também pela manutenção da capacidade de redução do endividamento externo.

A economia portuguesa apresentou durante o ano de 2015 uma trajetória de recuperação moderada, consistente com o reinício do processo de convergência real face à média da área Euro. Como principal característica dessa recuperação, temos o dinamismo da procura externa, uma menor fragmentação financeira na área do Euro, uma melhoria nas condições monetárias e financeiras, para o qual contribuiu o conjunto alargado de medidas de política monetária adotadas pelo BCE.

A evolução da economia portuguesa em 2015 manteve uma trajetória de equilíbrios macroeconómicos fundamentais, destacando-se neste contexto o processo de desalavancagem de vários setores da economia (particulares, Empresas e setor financeiro), bem como a manutenção de um excedente na balança corrente e de capital, assente num excedente da balança de bens e serviços. Importante também é a evidência assumida pelas autoridades portuguesas sobre o processo de consolidação orçamental que visa assegurar o encerramento do procedimento dos défices excessivos em 2015.

Existem outros fatores condicionantes do crescimento potencial da economia portuguesa. Em primeiro lugar, não podemos deixar de referir a diminuição da população total e da população ativa (em cerca de 2,0 e 5,5 por cento entre o início de 2010 e meados de 2015). Esta redução está

associada à dinâmica recente dos fluxos migratórios e ao processo de envelhecimento da população. Em segundo lugar, queremos chamar a atenção para a queda profunda e prolongada do investimento Empresarial no período da crise que condicionou a evolução do stock capital, o que constitui uma restrição ao dinamismo da atividade económica. Apesar do forte investimento verificado atualmente, o investimento Empresarial ainda se situa cerca de trinta por cento do verificado antes da crise financeira global. Como terceira e última condicionante, referimos o elevado nível de desemprego de longa duração, não obstante a diminuição verificada ao longo do ano de 2015. Este nível de desemprego tende a provocar uma depreciação do valor do capital humano.

No que se refere aos desafios futuros, podemos referir que o processo de ajustamento estrutural e de correção dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo das últimas décadas exige ainda aprofundamentos. Para finalizar, é crucial manter um quadro institucional previsível e promotor da estabilidade macroeconómica. Assim, é importante o compromisso já assumido pelo novo governo português no âmbito do cumprimento das regras orçamentais Europeias. O cumprimento destes compromissos permitirá assegurar uma diminuição sustentada do atual nível de dívida pública em percentagem do PIB, que constitui uma vulnerabilidade da economia portuguesa.

As despesas de consumo privado deverão continuar a ser o principal fator impulsionador da recuperação. Assim, as perspetivas de curto prazo quanto ao crescimento do rendimento disponível, permanecem favoráveis fortemente apoiadas pelo impacto nas descidas do preço dos produtos energéticos. Subsequentemente, espera-se que os rendimentos salariais aumentem, num contexto de crescimento estável do emprego, de desagravamento fiscal sobre as famílias e reposição dos cortes salariais, de uma aceleração da remuneração nominal por trabalhador esperando-se também um aumento de outros rendimentos pessoais em virtude da recuperação da economia em geral. A inflação deverá apresentar níveis reduzidos como consequência das pressões descendentes sobre os preços ao nível interno e externo, nomeadamente com os preços de importação (especialmente energéticos), pelo que não se preveem alterações significativas durante o ano de 2016.

3. A NÍVEL DO SETOR

O Ensino Profissional sofreu em 2015 várias mudanças que provocaram alterações significativas no modo de funcionamento e financiamento que decorre da implementação de um novo Quadro Comunitário o Portugal 2020. Com efeito, com a suposta entrada em funcionamento da plataforma Portugal 2020 programada para o início do ano lectivo 2015/16 (a partir de 1 de Setembro de 2015), passaríamos a dispor de 2 plataformas paralelas de funcionamento e financiamento. Teríamos as turmas de continuidade (que iniciaram a actividade lectiva antes de 2015, como o 11º e 12º anos de escolaridade) que continuavam a funcionar com as regras do Quadro Comunitário anterior

(plataforma SIIFSE-Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu e programa POPH - Programa Operacional Potencial Humano do QREN-Quadro Referência Estratégico Nacional). Já as turmas que iniciavam a 1 de Setembro de 2015 (turmas do 10º ano de escolaridade), passavam a funcionar sobre a plataforma Portugal2020 e programa POCH do Portugal2020. Em Fevereiro de 2016, devido a impossibilidades técnicas da plataforma Portugal2020, as Escolas Profissionais viram-se na contingência de cancelar todas as candidaturas efectuadas na plataforma Portugal2020 (turmas do 10º ano) e a completar as candidaturas efectuadas no anterior sistema SIIFSE, para assim incluírem todas as turmas em funcionamento.

3. ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE E DA ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS

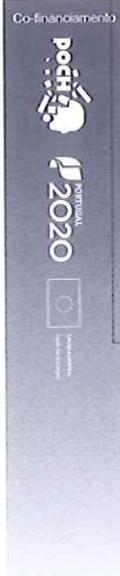
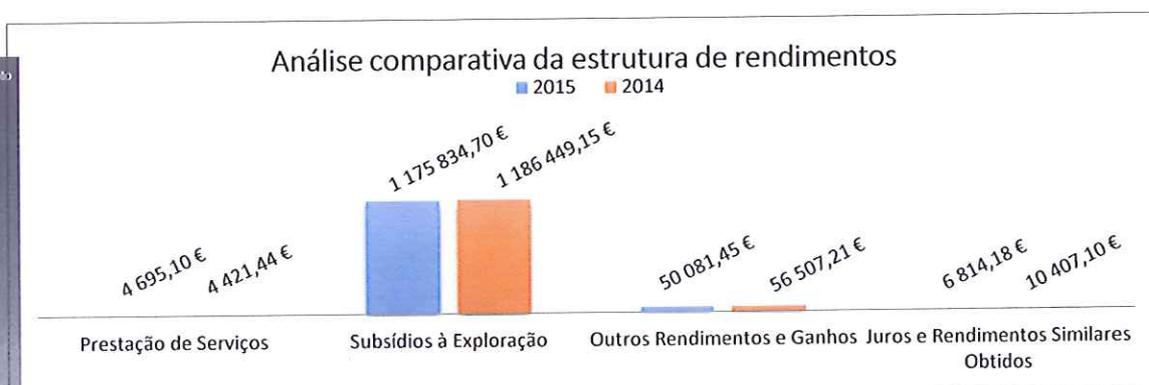
3.1. ESTRUTURA DE RENDIMENTOS

No período de 2015 os resultados espelham a atividade desenvolvida pela Sociedade.

A composição dos rendimentos bem como a respetiva estrutura são apresentadas no gráfico seguinte:

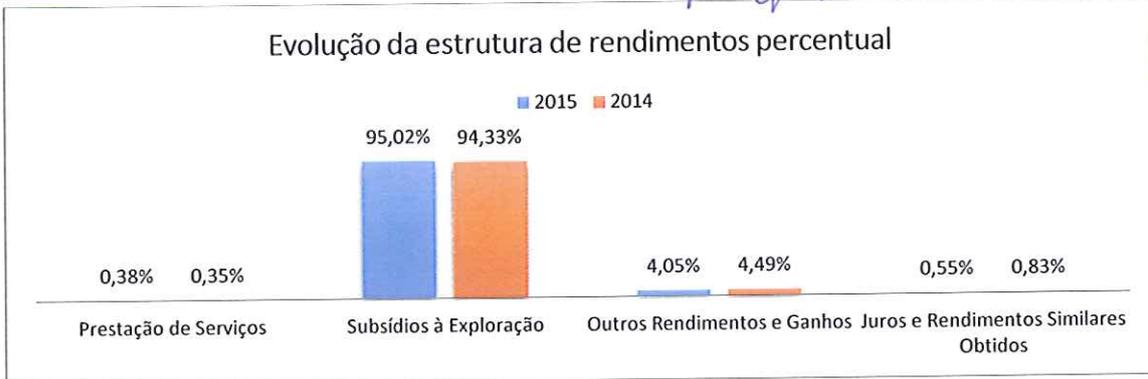


Seguidamente apresentam-se comparações entre os rendimentos obtidos em 2015, com os obtidos em 2014, em termos absolutos e em termos percentuais, efetuando-se, sem seguida, um comentário às principais variações ocorridas:



Rui Quevedes

[Handwritten signature]



A evolução da estrutura de rendimentos, manteve-se praticamente estável em 2015 por comparação com o ano transacto. Verificou-se uma diminuição nos juros obtidos, apesar do valor do capital ser semelhante, devido fundamentalmente à continua baixa da taxa Euribor.

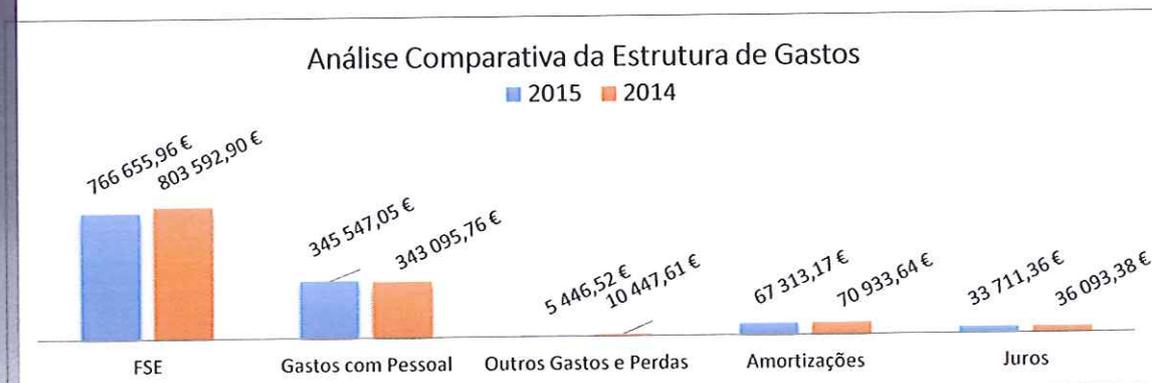
3.2. ESTRUTURA DE GASTOS

Relativamente aos gastos incorridos no período de 2015, a sua composição e respetiva estrutura são apresentadas no gráfico seguinte:



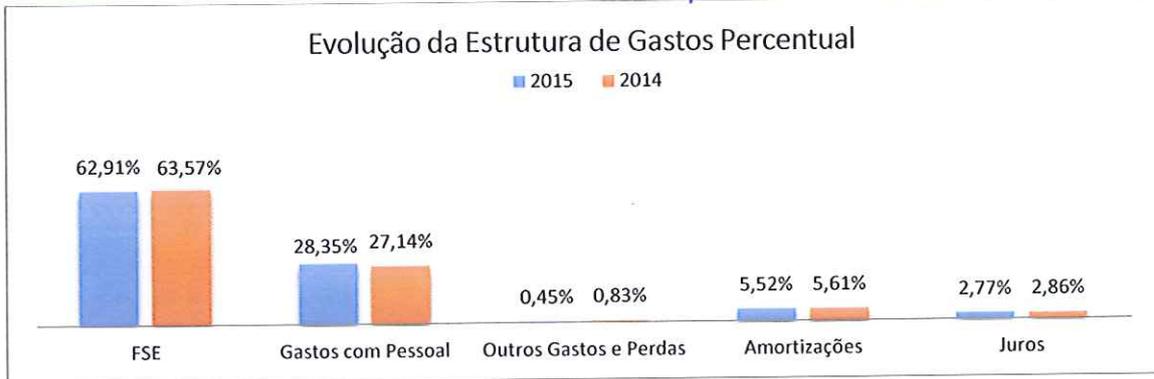
Seguidamente apresentam-se comparações entre os gastos incorridos em 2015, com os incorridos em 2014, em termos absolutos e em termos percentuais, efetuando-se sem seguida um comentário às

principais variações ocorridas:



Rui Mendes

Gra



Verificou-se uma redução de custos em quase toda a linha das mais importantes rubricas de gastos, salientando-se a redução significativa dos FSE e também de outros gastos, em conjunto com a diminuição das despesas com juros e amortizações. O aumento dos gastos com pessoal, deve-se ao facto de terem sido repostos os cortes salariais e também ao ligeiro aumento da taxa da Caixa Geral de Aposentações da parte da entidade relativa aos 3 colabores da ESPROSER afetos a este sistema.

3.3. PESSOAL

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo número de efetivos:

Rubricas	Períodos	
	2015	2014
Gastos com pessoal	345.547,05	343.095,76
N.º Médio de funcionários	14	16
Gasto médio por funcionário	24.681,93	21.443,49

Apesar da diminuição do número de colaboradores ao serviço da Empresa, existiram dois fatores importantes para o aumento dos gastos com o pessoal:

- Por um lado deu-se uma reversão dos cortes salariais que aumentaram a massa salarial;
- Por outro lado também se verificou um aumento da contribuição da entidade para a Caixa Geral de Aposentações em 0,95%.

No que diz respeito ao investimento em capital humano, fator importante, a Empresa continua a apostar na formação, tendo como objetivo a melhoria das competências organizacionais e consequentemente o seu desempenho, visando uma maior e melhor comunicação entre responsáveis e colaboradores e um maior alinhamento de toda a equipa com os objetivos estabelecidos para a Empresa. De facto em 2015 existiram 2 formações distintas, uma direcionada aos primeiros socorros e medidas de emergência que culminaram com a entrega nas instalações da ANPC-Viseu (Autoridade Nacional de Protecção Civil) do Plano de Emergência da ESPROSER e outra que abrangeu todos os

Rui Guedes

recursos humanos administrativos e de gestão da Escola, relacionada com o novo programa PHC Corporate adquirido pela ESPROSER. Para 2016 está já prevista uma formação a iniciar no 2º trimestre destinada à Certificação da ESPROSER na DGERT, como Entidade Formadora.

[Handwritten signature]

3.4. EBITDA E RESULTADO LÍQUIDO

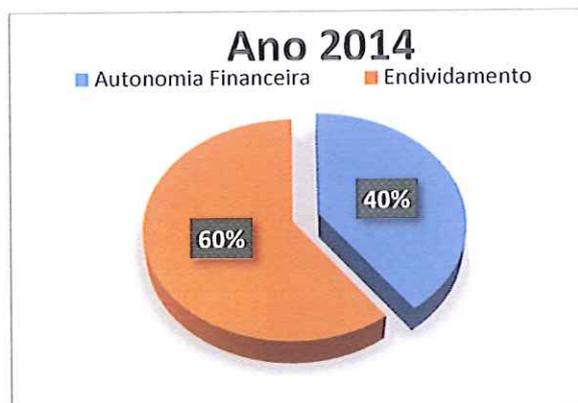
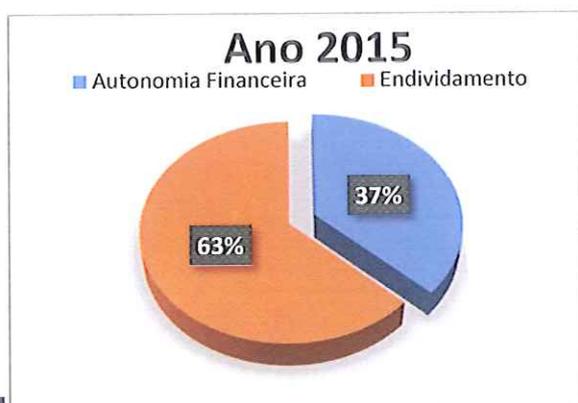
Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a Sociedade apresentou, comparativamente ao período anterior valores de EBITDA e Resultado Líquido do Período:

	2015	2014
Resultado Líquido do Período	17 071,93 €	-4 967,56 €
EBITDA	112 961,72 €	90 241,53 €

Verifica-se que do período de 2015 para o período de 2014 o Resultado Líquido do Período aumentou em resultado da diminuição dos gastos.

3.5. AUTONOMIA FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da Sociedade apresenta, também comparativamente com o período anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



Em relação ao ano de 2014, a autonomia financeira degradou-se ligeiramente devido ao facto dos capitais próprios terem aumentado marginalmente contrariamente ao passivo que teve um aumento mais expressivo devido às dificuldades de tesouraria evidenciadas face aos atrasos nos reembolsos do POCH.

Ricardo

[Handwritten signature]

4. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

4.1. POSIÇÃO FINANCEIRA

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da Sociedade através da análise dos seguintes itens de balanço:

RUBRICAS	2015		2014	
Ativo não corrente	373.704,31	24,77%	407.758,83	29,03%
Ativo corrente	1.134.705,07	75,23%	996.960,51	70,97%
Total ativo	1.508.409,38		1.404.719,34	

RUBRICAS	2015		2014	
Capital Próprio	562.735,28	37,31%	559.394,40	39,82%
Passivo não corrente	87.307,86	5,79%	136.312,56	9,70%
Passivo corrente	858.366,24	56,90%	709.012,38	50,48%
Total Capital Próprio e Passivo	1.508.409,38		1.404.719,34	

A Sociedade exerceu atividade no setor do Ensino Profissional o qual atravessou um processo atribulado de mudança de quadro comunitário, do QREN para o Portugal2020.

4.1.1. INDICADORES DE GESTÃO

Seguem alguns indicadores de gestão para o período de 2015 e respetivos valores comparativos:

Indicadores de Gestão	2015	2014	Δ
Volume de Negócios	4.695,10	4.421,44	6,20%
Subsídios à exploração	1.175.834,70	1.186.449,15	-0,89%
Resultados Líquidos	17.071,93	-4.967,56	-
Cash-Flow	84.385,10	65.966,08	27,92%
Capital Próprio	562.735,28	559.394,40	0,60%
Ativo Total Líquido	1.508.409,38	1.404.719,34	7,38%
Ativo Fixo Tangível	370.039,06	407.258,83	-9,14%
Capitais Permanentes	650.043,41	695.706,96	-0,07%

Em análise ao quadro apresentado, este propicia os seguintes comentários:

- O Volume de Negócios registou um aumento de 6,20% em 2015 relativamente ao valor apresentado em 2014.



- Relativamente ao Resultado Líquido do Período, este apresenta um valor de 17.071,93 Euros, contra um resultado negativo de 4.967,56 Euros em 2014. Esta variação resulta, essencialmente, da política de contenção de gastos imposta pela Empresa.
- O Cash-Flow gerado em 2015 ascendeu ao valor de 84.385 Euros, superior em 27,92 % relativamente ao valor de 2014. A variação é explicada pelo aumento expressivo do Resultado Líquido do Exercício.
- O Capital Próprio não teve grandes alterações durante o período findo em 2015 relativamente ao mesmo período de 2014.
- O Ativo Líquido apresenta um valor de 1.508.409,38 Euros, registando também um incremento de 7,38 % em 2015 relativamente ao ano anterior motivado, principalmente, pelo aumento do prazo de reembolsos do POCH à Escola.
- O Ativo Fixo Tangível apresenta um valor de 370.039,06 Euros, registando um decréscimo de 9 % relativamente a 2014.

Durante o período a Empresa realizou obras necessárias para a homologação da Cozinha Pedagógica da Escola (cerca de 18.700 Euros).

- A rubrica Capitais Permanentes apresenta um valor de 650.043,14 Euros, com uma variação de 7 % face ao período homólogo.

4.1.2. ANÁLISE FINANCEIRA

De seguida apresentam-se alguns indicadores, relativamente à análise financeira da Sociedade, nos períodos findos em 2015 e 2014:

Análise Financeira	2015	2014	Δ Absoluta
Autonomia Financeira	37,31%	39,82%	-2,51 p.p.
Solvabilidade	59,51%	66,18%	-6,67 p.p.
Liquidez Imediata	0,018	0,052	-0,034
Liquidez reduzida	1,40	1,41	-0,01
Liquidez Geral	1,40	1,41	-0,01
Endividamento	0,63	0,60	0,03

Da análise ao quadro acima, apresentamos seguintes comentários:

- Verificou-se uma redução da autonomia financeira, em resultado da necessidade de financiamento devido aos atrasos nos reembolsos do POCH;

R. Guedes

[Handwritten signature]

- A Solvabilidade diminuiu 6,67 p.p., pelo facto mencionado supra;
- A Liquidez imediata apresentou uma redução, devido ao atraso nos pagamentos do POCH que por sua vez levou à redução da liquidez disponível para o mínimo indispensável, uma vez que essa liquidez foi financiada por capitais alheios;
- O endividamento teve um aumento proporcional e em sentido contrário à autonomia financeira, pelo motivo já referido.

4.1.3. ANÁLISE ECONÓMICA

Vamos agora apresentar alguns indicadores, relativamente à análise económica no período findo em 2015 e comparativamente com 2014.

Análise Económica	2015	2014	Δ Absoluta
Rendibilidade do Ativo (Resultado Operacional/Ativo Total)	3,03%	1,37%	1,66 p.p.
Rentabilidade do Capital Próprio	3,03%	-0,89%	3,92 p.p.

Em análise aos dados do quadro apresentados, este propicia os seguintes comentários:

Verificámos um aumento da rendibilidade do ativo e também da rentabilidade do capital próprio, devido à inversão dos resultados negativos de 2014, por via fundamentalmente de uma racionalização de gastos.

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

A ESPROSER – Escola Profissional, S.A., no período económico findo em 31 de dezembro de 2015, alcançou o resultado líquido de 17.071,93 Euros, propondo-se, para reforço do Capital Próprio, a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

- Resultados Transitados 17.071,93 Euros.

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SOCIEDADE

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, prevê-se que o futuro próximo da Sociedade passe:

- Pela manutenção do número de alunos que entram na Escola todos os anos, contrariando a forte quebra da natalidade que se verifica no Concelho. A nível nacional, o número de nascimentos de 2015 que ascenderam a pouco mais de 80.000 jovens contrasta negativamente com os 125.000 jovens nascidos em 2000, o que significa que os jovens em idade de enveredar pelo 10º ano (nosso mercado alvo) vão ter uma redução superior a 30% até 2030;



- Aguardamos pela abertura de candidaturas co-financiadas pelo Portugal2020, que permitam à Escola continuar a investir na melhoria das suas instalações e equipamentos;
- A Escola vai candidatar-se a programas que permitam o reforço de capitais/fundo de maneiio, nomeadamente recorrendo ao PME Investe.

7. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

A Sociedade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo Órgão de Gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela Sociedade.

A Sociedade seguiu, ao nível da gestão de risco, a política adotada:

7.1. RISCO DE CRÉDITO

7.1.1. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS PARA ALÉM DE CRÉDITOS SOBRE CLIENTES

Para além dos ativos resultantes das atividades operacionais, a Sociedade detém ativos financeiros decorrentes do seu relacionamento com Instituições Financeiras, tais como depósitos bancários e obrigações. Consequentemente, existe também risco de crédito associado ao potencial incumprimento pecuniário das Instituições Financeiras que são contraparte nestes relacionamentos.

Como regra, os ativos financeiros decorrentes deste relacionamento com Instituições Financeiras envolvem contrapartes com *rating* mínimo de *Investment Grade*. Por outro lado, de um modo geral, a exposição relacionada com este tipo de ativos financeiros é amplamente diversificada e de duração limitada no tempo.

7.2. RISCOS DE MERCADO

7.2.1. RISCO DE TAXA DE JURO

Em resultado da proporção relevante de dívida a taxa variável no seu Balanço, e dos consequentes *cash-flows* de pagamento de juros, a Sociedade encontra-se exposta a risco de taxa de juro, particularmente ao risco de variação de taxa de juro do Euro.

Como regra geral a Sociedade não cobre por meio de derivados financeiros a sua exposição às variações de taxas de juro.

7.3. RISCO DE LIQUIDEZ

A gestão de risco de liquidez, tem por objetivo garantir que a Sociedade possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas

atividades de negócio, implementar a sua estratégia, e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

Com este propósito, a gestão de liquidez compreende as seguintes aspetos:

- Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de *cash-flows* ao nível das operações, de acordo com diferentes horizontes temporais relativos aos previsíveis recebimentos por parte do POCH;
- Diversificação de fontes de financiamento;
- Diversificação das maturidades da dívida emitida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo das amortizações de dívida; e,
- Contratação com Bancos de relacionamento, de linhas de crédito de curto prazo, programas de papel comercial, e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez.

8. COMPROMISSOS FINANCEIROS

Os principais compromissos financeiros prendem-se com as conta-correntes subscritas junto da CGD e BCP e que podem atingir um máximo de 300.000 Euros cada uma e que têm por finalidade suprir os atrasos nos reembolsos do POCH, mantendo sempre uma execução financeira elevada.

Temos ainda um crédito de 150.000 Euros a médio prazo no BPI e que termina a sua liquidação em abril de 2017.

A Escola possui ainda uma locação financeira ativa no Montepio Geral, relativo à aquisição de um mini-autocarro de 20 lugares e que ascendeu a sua aquisição a 69.500 Euros. A locação teve início em janeiro de 2014 e termina em janeiro de 2022.

QUESTÕES AMBIENTAIS

A ESPROSER-Escola Profissional, S.A. cumpre todas as disposições ambientais na separação e envio para reciclagem de todos os resíduos sólidos e líquidos produzidos na Empresa.

Tem também uma preocupação acrescida na separação do lixo e resíduos, possuindo para o efeito contentores específicos para a separação do lixo e resíduos.



10. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

10.1. AUTORIZAÇÃO PARA A EMISSÃO

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração nesta data. No entanto os acionistas poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

10.2. ATUALIZAÇÃO DA DIVULGAÇÃO ACERCA DAS CONDIÇÕES À DATA DO BALANÇO

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

10.3. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO QUE NÃO DERAM ORIGEM A AJUSTAMENTOS

Após a data do balanço, não ocorreram acontecimentos que sejam necessários referir.

11. OUTRAS INFORMAÇÕES / CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES LEGAIS E REGULAMENTARES

- a) A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-lei 534/80, de 7 de novembro.
- b) Dando cumprimentos ao estipulado no Art.º 210º da Lei nº 110/2009, de 16 de setembro (Código Contributivo), a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.
- c) Para efeitos da alínea d) do nº 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o período de 2015, a Empresa não efetuou transações com ações próprias. A Empresa não é detentora de ações próprias.
- d) Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeito do nº 2 da alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.
- e) A sociedade não dispõe de sucursais quer em território nacional quer no estrangeiro.
- f) As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da Sociedade em continuidade. A Administração, com base na informação disponível à data sobre o futuro da Sociedade, entende que a Sociedade tem capacidade de prosseguir em continuidade, atendendo ao histórico de operações lucrativas alcançado e tem já contratado os recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da sua atividade.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

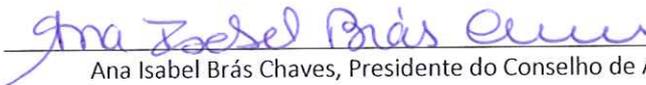
Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Alunos e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Sociedade.

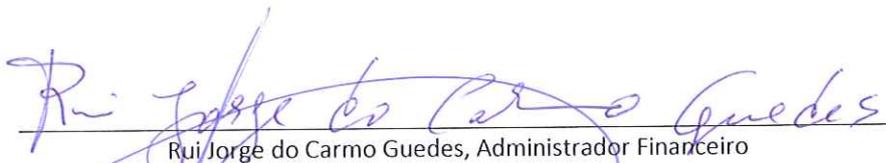
Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2015, que compreendem o Balanço individual, a Demonstração individual dos resultados por naturezas, a Demonstração individual das alterações no capital próprio, a Demonstração individual de fluxos de caixa e o Anexo.

Sernancelhe, 07 de março de 2016

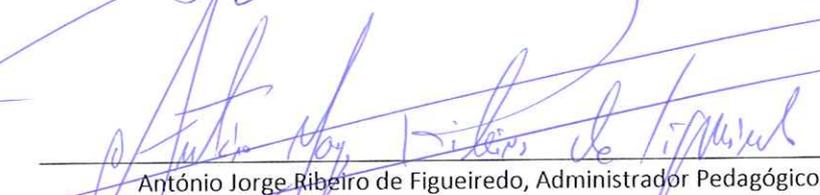
O Conselho de Administração;



Ana Isabel Brás Chaves, Presidente do Conselho de Administração



Rui Jorge do Carmo Guedes, Administrador Financeiro



António Jorge Ribeiro de Figueiredo, Administrador Pedagógico

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

Informações de acordo com o nº 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais (CSC):

Relação dos acionistas com mais de um décimo / um terço ou metade do capital social:

Com um décimo:

Associação Âmbula Instituição Particular de Solidariedade Social - 1.000 ações;

Com mais de um terço:

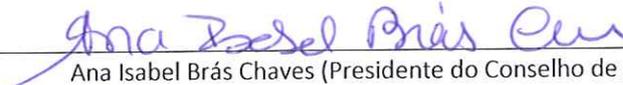
Liga de Amigos da ESPROSER - 4.000 ações;

Município de Sernancelhe - 4.950 ações.

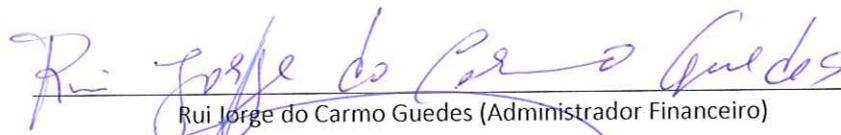
Durante o período de relato não ocorreram variações ao nível dos acionistas bem como das respetivas participações financeiras.

Sernancelhe, 07 de março de 2016

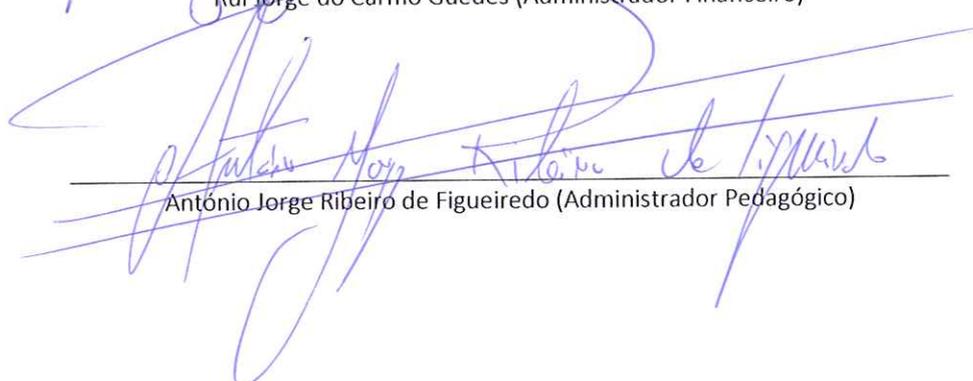
O Conselho de Administração;



Ana Isabel Brás Chaves (Presidente do Conselho de Administração)



Rui Jorge do Carmo Guedes (Administrador Financeiro)



António Jorge Ribeiro de Figueiredo (Administrador Pedagógico)

Balço Individual em 31 de dezembro de 2015

Valores expressos em Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2015	31-12-2014
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	370.039,06	407.258,83
Ativos intangíveis	7	3.165,25	-
Participações financeiras - Outros métodos	9	500,00	500,00
Total de Ativos Não Correntes		373.704,31	407.758,83
Ativo corrente			
Cientes	14	392,23	0,00
Estado e outros entes públicos	16	0,00	14.154,02
Outras contas a receber	14	692.197,04	513.800,06
Diferimentos	14	5.550,75	8.385,28
Outros ativos financeiros	14	421.698,54	423.549,44
Caixa e depósitos bancários	4	14.866,51	37.071,71
Total de Ativos Correntes		1.134.705,07	996.960,51
Total do ATIVO		1.508.409,38	1.404.719,34
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	14.4	50.000,00	50.000,00
Reservas legais	14.6	10.000,00	10.000,00
Outras reservas		73.122,09	73.122,09
Resultados transitados	14.7	325.760,96	333.612,04
Outras variações no capital próprio	14.7	86.780,30	97.627,83
Resultado líquido do período	14	17.071,93	(4.967,56)
Total do Capital Próprio		562.735,28	559.394,40
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	8 - 14	64.239,68	110.360,86
Passivos por impostos diferidos	13	23.068,18	25.951,70
Total de Passivos Não Correntes		87.307,86	136.312,56
Passivo corrente			
Fornecedores	14	49.910,76	43.105,80
Estado e outros entes públicos	16	16.722,09	13.356,56
Financiamentos obtidos	8 - 14	575.944,58	544.782,56
Outras contas a pagar	14	135.724,62	107.767,46
Diferimentos	14	80.064,19	0,00
Total de Passivos Correntes		858.366,24	709.012,38
Total do Passivo		945.674,10	845.324,94
Total do Capital Próprio e do Passivo		1.508.409,38	1.404.719,34

Sernancelhe, 7 de março de 2016

O Contabilista Certificado

A Administração

[Handwritten signatures]



Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas para o período findo em 31 de dezembro de 2015

Valores expressos em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		2015	2014
Prestações de serviços	10	4.695,10	4.421,44
Subsídios à exploração	11	1.175.834,70	1.186.449,15
Fornecimentos e serviços externos	16	(766.655,96)	(803.592,90)
Gastos com pessoal	16	(345.547,05)	(343.095,76)
Outros rendimentos e ganhos	11-16	50.081,45	56.507,21
Outros gastos e perdas	16	(5.446,52)	(10.447,61)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		112.961,72	90.241,53
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6-7	(67.313,17)	(70.933,64)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		45.648,55	19.307,89
Juros e rendimentos similares obtidos	10-16	6.814,18	10.407,10
Juros e gastos similares suportados	16	(33.711,36)	(36.093,38)
Resultado antes de impostos		18.751,37	-6.378,39
Imposto sobre rendimento do período	13	(1.679,44)	1.410,83
Resultado liquido do período		17.071,93	-4.967,56
Resultado por ação básico		0,34	-0,10

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2015

Valores expressos em Euros

RUBRICAS	Períodos	
	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	4.740,36	4.693,45
Pagamentos a fornecedores	(729.989,37)	(865.946,69)
Pagamentos ao pessoal	(346.669,01)	(338.519,66)
Caixa gerada pelas operações	(1.071.918,02)	(1.199.772,90)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	12.840,46	(12.837,41)
Outros recebimentos/pagamentos	1.117.287,31	1.016.412,03
Fluxos de caixa das atividades operacionais	58.209,75	(196.198,28)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos	(33.258,65)	(18.636,74)
Outros instrumentos financeiros		(103.500,00)
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares obtidos	5.254,24	10.407,10
Outros instrumentos financeiros	500,00	
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(27.504,41)	(111.729,64)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	1.122.756,10	1.691.792,42
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(1.137.715,26)	(1.339.560,36)
Juros e gastos similares	(37.951,38)	(34.086,77)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(52.910,54)	318.145,29
Variação de caixa e seus equivalentes	(22.205,20)	10.217,37
Caixa e seus equivalentes no início do período	37.071,71	26.854,34
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14.866,51	37.071,71

Sernancelhe, 7 de março de 2016

O Contabilista Certificado

A Administração

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 31
DE DEZEMBRO DE 2015

1. Identificação da entidade

A ESPROSER - ESCOLA PROFISSIONAL, S.A., com sede social na Av. das Tílias, em Sernancelhe, com o número de identificação de pessoa coletiva 504 676 326, com o capital social de 50.000,00 Euros, tem como atividade principal o ensino profissional.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 agosto;
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de dezembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 15652/2009, 7 de setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro (Código de Contas).

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou situações em que a Empresa se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1º da Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro, designadamente o Balanço individual, a Demonstração individual dos resultados por naturezas, a Demonstração individual das alterações no capital próprio, a

Demonstração individual de fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2014, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Ativos intangíveis

O ativo intangível, que compreende essencialmente programa de faturação, encontra-se registado ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo de custo). Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método da linha reta, de uma forma consistente, durante um período que varia entre 3 e 5 anos, decorrente da aplicação das taxas de amortização correspondentes aos anos de vida útil.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

b) *Ativos fixos tangíveis*

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até aquela data, deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

Ativos tangíveis	Vida útil	Taxa de depreciação
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções	5 - 40	2,5% - 20%
Equipamento básico	4 - 8	12,5% - 25%
Equipamento de transporte	4 - 8	12,5% - 25%
Equipamento administrativo	2 - 10	10% - 50%
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 4	25% - 100%

Cada parte de um item do ativo fixo tangível com um custo significativo relativamente ao custo total do item é depreciado separadamente, sendo definida a vida útil e o método de depreciação.

Estes ativos são depreciados a partir do momento que estejam prontos para a utilização.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registados na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos e gastos" ou "Outros ganhos e perdas".

c) *Locações*

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação, em que a Empresa age como locatário, são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se tal não acontecer.

Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos", e os juros incluídos

no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

d) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição. Sempre que existam indícios que o ativo possa estar em imparidade, é efetuada uma avaliação destes investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Os rendimentos obtidos destes investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

e) Instrumentos financeiros

i. Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas ao custo e representadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidades, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como a informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento em que a Empresa tenha em curso ação judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido eventualmente, do valor do imposto sobre o valor acrescentado a recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, se existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ao parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura de perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

ii. Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente

ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a mais ou menos de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido a liquidação, cancelamento ou expiração. Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizadas na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

iii. Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iv. Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem. Um instrumento financeiro é classificado como um instrumento de capital quando não existe a obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

v. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

f) Regime de acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” ou “Diferimentos”.

g) Rédito

O rédito relativo a prestações de serviços e juros, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

h) Imposto sobre o rendimento do período

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito de contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Autoridade Tributária e Aduaneira durante um período de quatro anos, pelo que as declarações relativas aos períodos de 2012 a 2015 poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O prazo antes referido poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, que estejam em cursos inspeções, reclamações ou impugnações, ou que tenha havido prejuízos fiscais, situação em que, durante um período de seis anos após a sua ocorrência, relativamente aos períodos anteriores a 2010 e de quatro anos relativamente aos períodos posteriores, estes são suscetíveis de dedução aos lucros tributáveis que venham a ser gerados.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas "CIRC", a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados deduzidos de eventuais reportes de prejuízos, encontra-se sujeita a tributação, na generalidade, a uma taxa de 21%. Adicionalmente, nas situações previstas no artigo 88º do CIRC, há ainda lugar a uma tributação autónoma, a taxas que variam entre 5% e 35%, que incidem, exclusivamente, sobre os encargos aí previstos.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O efeito fiscal decorrente de transações ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontram traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração dos resultados na rubrica "Imposto sobre o rendimento do período". No entanto, se esses reflexos se produzirem diretamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido nos capitais próprios, por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

O imposto corrente é ainda condicionado pelos ajustamentos, positivos ou negativos, que tiverem de ser reconhecidos no período, relativos a impostos correntes de períodos anteriores.

Os efeitos tributários dos ajustamentos de transição decorrentes da sucessão dos normativos contabilísticos encontram-se regulados pelo artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 159 / 2009, de 13 de Julho, onde se determina que esses ajustamentos concorrem para a formação do lucro tributável num período e 5 anos, em partes iguais, com início em 2010.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporários entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributáveis, com exceção do goodwill não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem, quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, em empreendimentos conjuntos e associados, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando for provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

1) Subsídios do governo

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com os ativos não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

j) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Órgão de Gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

k) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.



3.2 Outras políticas contabilísticas revelantes

a) *Resultado por ação*

Os resultados por ação são calculados dividindo o lucro atribuível aos acionistas da Empresa pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número de ações próprias detidas. Os dividendos preferenciais são deduzidos ao resultado líquido do período.

b) *Fluxos de caixa*

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Empresa classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em Empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamentos de dividendos.

3.3 Juízos de valor que o Órgão de Gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, o Conselho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relacionadas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

Os juízos de valor utilizados pela Administração no processo de aplicação das políticas contabilísticas com maior impacto nas demonstrações financeiras, foram, as estimativas dos

períodos de vida útil dos bens que constituem o Ativo Fixo Tangível e estimativa dos encargos com férias e subsídios de férias.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.5 Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecerem nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa e as informações disponíveis face acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras Empresas do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

4. Fluxos de caixa

4.1 Comentário da administração sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

	31-12-2015	31-12-2014
Caixa - geral	3.281,41	2.271,32
Depósitos bancários:		
Depósitos à ordem	11.585,10	34.800,39
Total caixa e depósitos bancários	14.866,51	37.071,71

Ricardo
[Signature]
[Signature]
[Signature]

5. Partes relacionadas

5.1 Relacionamento com Entidades/Empresas mãe:

a) *Nome das Entidades/Empresas mãe:*

- Município de Sernancelhe
- Liga de Amigos da ESPROSER

5.2 Transações entre partes relacionadas:

a) *Natureza do relacionamento das partes relacionadas:*

Partes Relacionadas	
Câmara Municipal de Sernancelhe	Empresa-mãe
Liga dos Amigos da ESPROSER	Empresa-mãe

b) *Transações e saldos pendentes:*

Transações	2015	
	Município de Sernancelhe	Liga dos Amigos da ESPROSER
	2015	2015
Serviços adquiridos	176.659,14	0,00
Saldos	31-12-2015	31-12-2015
Contas a pagar	78.849,64	1.155,00

Transações	2014	
	Município de Sernancelhe	Liga dos Amigos da ESPROSER
	2014	2014
Serviços adquiridos	125.109,85	0,00
Saldos	31-12-2014	31-12-2014
Contas a pagar	44.686,42	1.155,00



Os serviços adquiridos ao Município de Sernancelhe respeitam aos transportes fornecidos pelo Município, à renda do pavilhão desportivo e à utilização das piscinas municipais.

Os termos ou condições praticados entre a Empresa e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

6. Ativos fixos tangíveis

6.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:

a) Bases de mensuração:

Os ativos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo de custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

b) Método de depreciação usado:

A Empresa deprecia os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método de linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

c) Vidas úteis e taxas de depreciação usados:

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de depreciação médias:

Ativos tangíveis	Vida útil	Taxa de depreciação
Edifícios e outras construções	5 - 40	2,5% - 20%
Equipamento básico	4 - 8	12,5% - 25%
Equipamento de transporte	4 - 8	12,5% - 25%
Equipamento administrativo	2 - 10	10% - 50%
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 4	25% - 100%

d) **Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:**

31-12-2015						
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Quantia escriturada bruta						
Saldo em 01.01.2015	575.042,97	434.072,32	94.472,54	181.326,97	74.003,10	1.358.917,90
Adições	5.578,05	19.076,50		5.043,25		29.697,80
Alienações			-25.152,82			-25.152,82
Saldo em 31.12.2015	580.621,02	453.148,82	69.319,72	186.370,22	74.003,10	1.363.462,88
Depreciações acumuladas						
Saldo em 01.01.2015	-277.434,39	-415.366,25	-36.670,74	-157.989,65	-64.198,04	-951.659,07
Adições	-35.291,02	-15.281,29	-9.872,52	-5.854,19	-618,55	-66.917,57
Alienações			25.152,82			0,00
Saldo em 31.12.2015	-312.725,41	-430.647,54	-21.390,44	-163.843,84	-64.816,59	-993.423,82
Quantia escriturada	267.895,61	22.501,28	47.929,28	22.526,38	9.186,51	370.039,06

Os aumentos verificados no período na rubrica “Ativos fixos tangíveis” são referentes às obras necessárias para a homologação da Cozinha Pedagógica da Escola.

Durante o período foi alienada uma viatura, totalmente depreciada, pelo valor de 5.000 Euros (**nota 16.4**).

A Empresa possui elementos do Ativo fixo tangível, adquiridos em regime de locação financeira. O valor líquido contabilístico destes bens, à data de 31 de dezembro de 2015, totaliza 47.928 Euros (**nota 8.1**).

31-12-2014						
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Quantia escriturada bruta						
Saldo em 01.01.2014	575.042,97	434.072,32	323.412,34	162.690,23	74.003,10	1.569.220,96
Adições				18.636,74		18.636,74
Alienações			-228.939,80			-228.939,80
Saldo em 31.12.2014	575.042,97	434.072,32	94.472,54	181.326,97	74.003,10	1.358.917,90
Depreciações acumuladas						
Saldo em 01.01.2014	-241.516,11	-403.010,49	-210.123,87	-152.492,33	-63.351,56	-1.070.494,36
Adições	-35.918,28	-12.355,76	-16.315,80	-5.497,32	-846,48	-70.933,64
Alienações			189.768,93			189.768,93
Saldo em 31.12.2014	-277.434,39	-415.366,25	-36.670,74	-157.989,65	-64.198,04	-951.659,07
Quantia escriturada	297.608,58	18.706,07	57.801,80	23.337,32	9.805,06	407.258,83

6.2 Depreciações do período:

Depreciações do período	2015	2014
Edifícios e outras construções	35.291,02	35.918,28
Equipamento básico	15.281,29	12.355,76
Equipamento de transporte	9.872,52	16.315,80
Equipamento administrativo	5.854,19	5.497,32
Outros ativos fixos tangíveis	618,55	846,48
Total	66.917,57	70.933,64

6.3 Depreciação acumulada no final do período:

Depreciações acumuladas	31-12-2015	31-12-2014
Edifícios e outras construções	312.725,41	277.434,39
Equipamento básico	430.647,54	415.366,25
Equipamento de transporte	21.390,44	36.670,74
Equipamento administrativo	163.843,84	157.989,65
Outros ativos fixos tangíveis	64.816,59	64.198,04
Total	993.423,82	951.659,07

7. Ativos intangíveis

7.1 Divulgações sobre ativos intangíveis:

a) Bases de mensuração:

Os ativos intangíveis estão valorizados de acordo com o modelo de custo, segundo o qual um item do ativo intangível é escriturado pelo seu custo menos amortizações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

b) Método de depreciação usado:

A Empresa amortiza os seus bens do ativo intangível de acordo com o método de linha reta. De acordo com este método, a amortização é constante durante a vida útil do ativo.

c) Vidas úteis e taxas de amortização usados:

As amortizações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

Ativos intangíveis - outros	Vida útil	Taxa de amortização
Programas computador	3 - 5	20% - 33,33%



d) Os movimentos na rubrica ativos intangíveis o ano 2015 e em 2014 são os que se seguem:

2015	
	Programas de computador
Quantia escriturada bruta	
Saldo em 01.01.2015	0,00
Adições	3.560,85
Saldo em 31.12.2015	3.560,85
Amortizações acumuladas	
Saldo em 01.01.2015	0,00
Adições	-395,60
Saldo em 31.12.2015	-395,60
Quantia escriturada	3.165,25

Durante o período 2014 não ocorreram quaisquer movimentos na rubrica "Ativos intangíveis".

7.2 Amortização do período:

Amortizações do período	2015	2014
Programas de computador	395,60	-

7.3 Amortização acumulada no final do período:

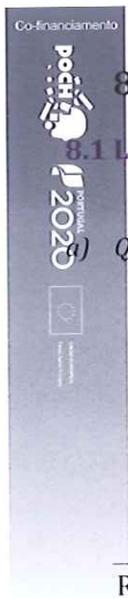
Amortizações acumuladas	2015	2014
Programas de computador	395,60	-

8. Locações

8.1 Locações financeiras - Locatários

a) Quantia escriturada líquida por cada categoria de ativo à data de 31-12-2015

	31-12-2015	31-12-2014
Veículos a motor	47.928,28	57.801,80



b) *Reconciliação entre o valor total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data de balanço e o seu valor presente:*

	31-12-2015	31-12-2014
Até 1 ano	7.721,34	7.328,76
1 a 2 anos	7.484,37	7.721,34
2 a 3 anos	8.595,45	7.484,37
3 a 4 anos	9.068,90	8.595,45
Mais de 5 anos	21.637,09	30.752,81
Total	54.507,15	61.882,73

9. Participações financeiras

A Empresa detém uma participação de 500,00 Euros na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Vale do Távora e Douro, sediada em Tabuaço, para a qual não se conseguiu obter informação contabilística atualizada. Refira-se que, no último período, a Empresa não obteve qualquer rendimento relacionado com as referidas Empresas participadas.

Este investimento encontra-se mensurado pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

10. Réditos

10.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

A Empresa reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

- a) **Prestações de serviços** - são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço;
- b) **Juros** - são reconhecidos segundo o regime de acréscimo, de acordo com a substância do acordo relevante.

10.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

a) Réditos por naturezas

	2015	2014
Prestações de serviços	4.695,10	4.421,44
Juros obtidos	6.814,18	10.407,10
Total	11.509,28	14.828,54

De referir que todos serviços prestados realizaram-se em território nacional, sendo os mesmos respeitantes à reprografia da escola, tendo-se verificado no período um incremento dos mesmos.

Os juros obtidos são referentes a depósitos a prazo da Empresa (nota 14.3).

11. Contabilização dos subsídios do Governo e divulgação de apoios do Governo

11.1 Políticas contabilísticas adotadas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “Subsídios à exploração” da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos do período em que se tornem recebíveis.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los como gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis e “intangíveis com vida útil indefinida”, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessário para compensar qualquer perda por imparidade

11.2 Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo

A Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do Governo:

- Subsídio ao investimento

Descrição	Natureza	31-12-2015		31-12-2014	
		Capitais próprios	Demonstração de resultados	Capitais próprios	Demonstração de resultados
Subsídio Ao investimento - Obras de Ampliação e Requalificação da Escola	Não reembolsável	109.848,48	13.731,05	123.579,51	13.731,05

- Subsídio à exploração

	2015	2014
POCH - Plano Operacional Capital Humano	1.175.834,70	1.186.449,15

A diminuição verificada nos subsídios à exploração, encontra-se relacionado com a diminuição de uma turma, com início em 1 de setembro de 2015.

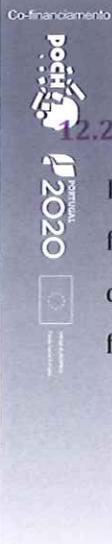
12. Acontecimentos após a data do balanço

12.1 Autorização para a emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração nesta data. No entanto os acionistas poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

12.2 Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuadas ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.



13. Impostos sobre o rendimento

13.1 Principais componentes de gastos/rendimentos de impostos

Gastos	2015	2014
Impostos correntes	-4.562,96	-1.747,31
Impostos diferidos		
Reversão de diferenças temporárias	2.883,52	3.158,14
Imposto sobre o rendimento do período	-1.679,44	1.410,83

13.2 Imposto diferido e corrente agregado relacionado com itens debitados ou creditados ao capital próprio

O imposto corrente e imposto diferido deve ser debitado ou creditado diretamente ao capital próprio se o imposto se relacionar com itens que sejam debitados ou creditados, no mesmo ou num diferente período, ao capital próprio.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2015, os itens debitados/creditados ao capital próprio foram como se segue:

	31-12-2014	Reversão Resultado líquido	31-12-2015
Passivos por impostos diferidos			
Subsídio ao investimento	25.951,70	-2.883,52	23.068,18

O passivo por impostos diferidos é relativo ao reconhecimento de um subsídio ao investimento.

13.3 Reconciliação da taxa efetiva de imposto

	2015	2014
Resultado antes de impostos	18.751,37	-6.378,39
Acréscimos (M22)	11.559,62	11.382,02
Abates (M22)	5.000,00	6.990,97
Lucro tributável	25.310,99	-1.987,34
Prejuízos fiscais dedutíveis	1.987,34	0,00
Matéria coletável	23.323,65	0,00
Coleta	4.297,97	0,00
Tributações autónomas	264,99	1.747,31
Imposto sobre o rendimento do período	4.562,96	1.747,31
Taxa efetiva de imposto	24,33%	-



A variação registada na taxa efetiva de imposto é justificada, essencialmente, pelo facto da Empresa no período 2014 apresentar resultado antes de impostos negativo.

14. Instrumentos financeiros

14.1 Bases de mensuração

É política da Empresa reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Empresa mensura ao custo, menos perdas por imparidade acumulada, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, quer os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado de operações de financiamento (como, por exemplo, a Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu detentor, em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de riscos de crédito). Os contratos para conceder ou contrair empréstimos em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como os contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo, menos perdas por imparidade acumuladas.

Os demais instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor, com contrapartida em resultados. Nestes casos, a Empresa não inclui os custos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro.

Enquanto a Empresa for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse instrumento financeiro.

14.2 Ativos e passivos financeiros

a) *Ativos financeiros mensurados ao custo menos imparidade*

	31-12-2015	31-12-2014
Clientes	392,23	0,00
Outras contas a receber:		
<i>Devedores por acrés. de rend. - Juros a receber</i>	11.721,42	10.161,48
<i>Devedores por acrés. de rend. - POCH</i>	677.421,40	503.170,13
<i>Adiantamentos a fornecedores</i>	2.556,78	446,76
<i>Outros devedores</i>	497,44	21,69
	692.197,04	513.800,06
Diferimentos	5.550,75	8.385,28
Total	697.747,79	522.185,34

O aumento verificado na rubrica "Outras contas a receber" está relacionado, essencialmente, com o aumento dos rendimentos especializados respeitantes ao subsídio do POCH.

A rubrica "Diferimentos" está relacionada, essencialmente, com valores especializados referentes a seguros.

b) *Passivos financeiros mensurados ao custo*

	31-12-2015	31-12-2014
Fornecedores	49.910,76	43.105,80
Financiamentos obtidos		
- Corrente	575.944,58	544.782,56
- Não Corrente	64.239,68	110.360,86
	640.184,26	655.143,42
Outras contas a pagar		
- Acréscimos de gastos	135.724,62	107.767,46
	135.724,62	107.767,46
Diferimentos		
- Rendimentos a reconhecer - POCH	80.064,19	0,00
Total	905.883,83	806.016,68

O aumento verificado na rubrica "Fornecedores" está relacionado com o atraso nos pagamentos dos subsídios pelo POCH. Assim, o prazo médio de pagamentos aumentou de 20 dias em 2014, para 24 dias em 2015. O valor desta rubrica inclui saldos com entidades relacionadas no montante de 1.699 Euros (Município de Sernancelhe: 544 Euros; Liga dos Amigos da Esproser: 1155 Euros).

A rubrica "Acréscimos de gastos" inclui, essencialmente, montantes especializados referentes a férias e subsídios de férias do período 2015, a pagar aos funcionários durante o período 2016 (cerca de 46.000 Euros) e montantes a liquidar ao Município de Sernancelhe, referentes a transportes efetuados durante o período 2015 (cerca de 75.000 Euros).

O aumento verificado na rubrica "Rendimentos a reconhecer" diz respeito ao adiantamento efetuado pelo POCH referente à parcela do período 2016 do ano letivo 2015/2016.

c) *Compromissos de empréstimos*

	31.12.2015			31.12.2014		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Empréstimos bancários	17.453,87	38.223,24	55.677,11	55.810,55	37.450,14	93.260,69
Contas caucionadas	0,00	530.000,00	530.000,00	0,00	500.000,00	500.000,00
Locações financeiras	46.785,81	7.721,34	54.507,15	54.550,31	7.332,42	61.882,73
Total	64.239,68	575.944,58	640.184,26	110.360,86	544.782,56	655.143,42

A Empresa possui duas contas caucionadas até ao montante de 300.000 Euros, contratadas uma junto do *Millennium BCP* e outra junto da Caixa Geral de Depósitos, com renovação anual.

A Empresa possui um empréstimo bancário de médio longo prazo, junto do BPI, vencendo-se o mesmo em 2017.

A Empresa tem a decorrer uma Locação financeira, junto do Montepio Geral, referente a uma viatura afeta ao transporte dos alunos, pelo prazo de 96 meses, terminando a mesma em 2021 (ver nota 6).

Os financiamentos bancários são reembolsáveis de acordo com os seguintes prazos:

	31-12-2015	31-12-2014
Menos de um ano	575.944,58	544.782,56
1 a 2 anos	25.175,21	46.330,00
2 a 3 anos	8.146,69	24.880,55
3 a 4 anos	9.332,72	7.900,00
4 a 5 anos	8.331,58	8.300,00
Mais de 5 anos	13.253,48	22.950,31
Total	640.184,26	655.143,42

14.3 Outros ativos financeiros dados em garantia ou penhor, como colateral de passivos ou passivos contingentes

Ativos financeiros dados como garantia ou penhor	Vencimento	31-12-2015	31-12-2014
Aplicações financeiras			
Millennium BCP (Obrigações Subordinadas - 2008/2018)	2018	13.698,54	15.049,44
Depósito a prazo no Millennium BCP	07/07/2016	155.000,00	155.000,00
Depósito Prazo CGD	23/07/2016	100.000,00	100.000,00
Depósito Prazo Montepio	23/04/2016	3.000,00	3.500,00
Depósito a prazo no BPI	21/05/2016	150.000,00	150.000,00
Total	-	421.698,54	423.549,44

➤ **Obrigações + Depósitos a prazo no Millennium BCP:** Estas aplicações servem de garantia real sobre a conta caucionada contratada junto do Millennium BCP no montante de 300.000 Euros.

Depósito a prazo no BPI: serve de garantia a um empréstimo contratado junto do BPI no montante de 150.000 Euros.

14.4 Montante de capital social

A 31 de dezembro de 2015, a Empresa detinha um capital social de 50.000 Euros, totalmente realizado.

14.5 Ações representativas do capital social

A 31 de dezembro de 2015, a Empresa detinha um capital social de 10.000 ações, ao valor nominal de 5 Euro por ação.

- O capital social da Empresa, a 31.12.2015, discrimina-se como se segue:

Detentor do capital	Nº de ações	Valor nominal	Capital realizado
Município de Sernancelhe	4.950	5,00	24.750,00
Liga dos Amigos da Esproser	4.000	5,00	20.000,00
Associação Âmbula	1.000	5,00	5.000,00
Electro Pisca, Lda	25	5,00	125,00
Família Flora - Restaurante, Lda	25	5,00	125,00
Total	10.000		50.000,00

14.6 Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

14.7 Resultados transitados

Foi decidido que o resultado líquido referente ao ano anterior fosse integralmente transferido para a rubrica de resultados transitados, de acordo com a ata nº 8 da Assembleia-geral, com data de 4 de Março de 2015.

No período verificaram-se os seguintes movimentos no capital próprio:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Reservas legais	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
Outras reservas	73.122,09	0,00	0,00	73.122,09
Resultados transitados	333.612,04	-7.851,08	0,00	325.760,96
Outras variações no capital próprio	97.627,83	-13.731,05	2.883,52	86.780,30
Resultado líquido do período	-4.967,56	4.967,56	17.071,93	17.071,93
Total	559.394,40	-16.614,57	19.955,45	562.735,28



Os movimentos ocorridos no período, são respeitantes à aplicação do resultado do período anterior conforme decisão da Assembleia-geral realizada em 04/03/2015, à realização do subsídio ao investimento e respetiva reversão do passivo por imposto diferido e ao resultado líquido do período corrente.

15. Divulgações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimentos ao estipulado no Art.º 210º da Lei nº 110/2009, de 16 de setembro (Código Contributivo), a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do nº 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o período de 2015, a Empresa não efetuou transações com ações próprias. A Empresa não é detentora de ações próprias.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeito do nº 2 da alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

A sociedade não dispõe de sucursais quer em território nacional quer no estrangeiro.

16. Outras informações

16.1 Estado e outros entes públicos

O detalhe da rubrica de “Estado e outros entes públicos” em 31 de dezembro de 2015 é o seguinte:

	31-12-2015	31-12-2014
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	0,00	14.154,02
Total Ativo	0,00	14.154,02
	31-12-2015	31-12-2014
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	3.249,40	0,00
Contribuições para a Segurança Social	6.516,93	6.078,62
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	6.955,76	7.277,94
Total Passivo	16.722,09	13.356,56

Os impostos foram pagos dentro dos prazos legalmente previstos.

16.2 Fornecimentos de serviços externos

	2015	2014
Serviços especializados	654.515,52	682.905,13
Materiais	31.461,83	51.834,82
Energia e fluídos	26.491,14	32.328,02
Deslocações, estadas e transportes	127,49	74,35
Serviços diversos	54.059,98	36.450,58
Rendas	20.215,23	5.025,00
Comunicação	21.865,79	16.999,78
Seguros	7.617,65	8.270,13
Outros serviços	4.361,31	6.155,67
Total	766.655,96	803.592,90

Em termos globais verificou-se um decréscimo dos gastos com FSE, em resultado da diminuição de custos associada à redução de uma turma.

No entanto, registou-se um aumento de despesas relacionadas com o arrendamento de instalações para a prática de atividades letivas dos alunos, decorrentes das aulas de Educação Física, bem como dos gastos com as comunicações, fruto da utilização de Fibra Ótica simétrica dedicada em contraposição aos acessos ADSL de que a Escola dispunha até 2014.

16.3 Gastos com pessoal

	2015	2014
Remunerações dos órgãos sociais	129.720,75	121.821,58
Remunerações do pessoal	141.827,09	149.612,99
Encargos sobre remunerações	66.985,66	63.817,82
Seguros	7.013,55	7.758,03
Outros gastos com pessoal	0,00	85,34
Total	345.547,05	343.095,76

O aumento verificado nos gastos com o pessoal deve-se ao facto de terem sido repostos os cortes salariais, bem como ter ocorrido um ligeiro aumento da taxa da Caixa Geral de Aposentações (15% para 15,95%). Assim, verifica-se que a redução de 2 funcionários ocorrida em 2015, não foi suficiente para colmatar o aumento verificado pelos 2 factos mencionados.

O número médio de colaboradores ao serviço da Empresa foi de 14 pessoas (2014: 16 pessoas).



16.4 Outros rendimentos e ganhos

	2015	2014
Rendimentos suplementares	3.000,00	7.350,00
Rendimentos e ganhos em investimentos	5.000,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	42.081,45	49.157,21
Total	50.081,45	56.507,21

O valor constante da rubrica “Rendimentos suplementares” resulta do aluguer dos equipamentos do refeitório.

A rubrica “Rendimentos e ganhos em investimentos” resulta da alienação de uma viatura, totalmente depreciada, pelo valor de 5.000 Euros (**ver nota 6**).

A rubrica “Outros rendimentos e ganhos” é composta, essencialmente, por apoios obtidos de outras entidades, nomeadamente do Município de Sernancelhe (no montante aproximado de 18.000 Euros), e pela imputação do subsídio ao investimento (no montante de 13.731 Euros (**ver nota 11**)).

16.5 Outros gastos e perdas

	2015	2014
Impostos	460,43	2.133,51
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	0,00	6.859,70
Outros	4.986,09	1.454,40
Total	5.446,52	10.447,61

A variação verificada na rubrica “Outros gastos e perdas” ficou a dever-se ao reconhecimento de gastos referentes ao período anterior.





16.6 Resultados financeiros

	2015	2014
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	6.814,18	10.357,66
Outros rendimentos similares	0,00	49,44
	<u>6.814,18</u>	<u>10.407,10</u>
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	-24.329,66	-23.968,43
Outros gastos e perdas de financiamento	-9.381,70	-12.124,95
	<u>-33.711,36</u>	<u>-36.093,38</u>
Total	-26.897,18	-25.686,28

Os juros obtidos são referentes às remunerações dos depósitos a prazo da Empresa (ver nota 14.3).

Os juros suportados estão relacionados com os financiamentos obtidos pela Empresa (ver nota 14.2).



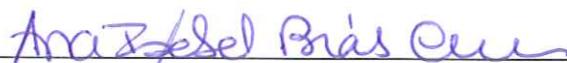
16.7 Outras

A Administração e o Contabilista Certificado, confirmam que à data de 31 de dezembro de 2015:

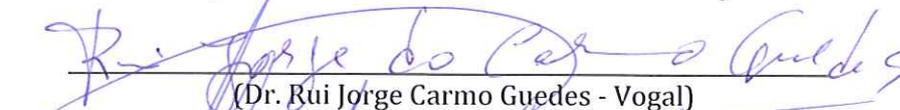
- Não existem quaisquer responsabilidades com garantias, hipotecas e penhoras a favor e terceiros, para além das divulgadas no presente anexo (**nota 6**), e;
- Não existem processos concluídos ou em curso (em fase de recurso hierárquico ou judicial) contra a Empresa, decorrente de levantamentos processuais referentes a contingências fiscais, legais ou laborais, ou de outra natureza, para os quais a Empresa, no âmbito do SNC/NCRF, seja obrigada a constituir ou divulgar as respetivas responsabilidades nas suas demonstrações financeiras.

Sernancelhe, 07 de março de 2016

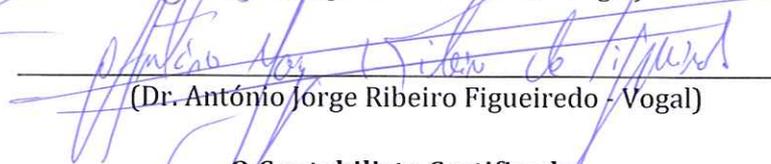
O Conselho de Administração



(Dr.^a Ana Isabel Brás Chaves - Presidente)



(Dr. Rui Jorge Carmo Guedes - Vogal)



(Dr. António Jorge Ribeiro Figueiredo - Vogal)

O Contabilista Certificado



(Dr. Carlos Manuel da Silva Pereira - C.C. nº 55.091)